

Recursos Naturais e Biomas em Tensão

Curso Preparatório — Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA)

Yale Brasil MUN | Internationali Negotia

Apresentação do Curso

Este curso prepara delegados para atuar na simulação da **Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA)**, cujo tema central é a conciliação entre exploração de recursos naturais e preservação de biomas. Os dois tópicos do comitê — **extração de petróleo na Amazônia** e **mineração responsável de terras raras** — exigem que o delegado domine simultaneamente quatro dimensões em tensão:

- Dependência econômica** — receitas fiscais, empregos, balança comercial;
- Demanda global** — segurança energética e a corrida por minerais críticos;
- Direitos territoriais indígenas** — consulta prévia, autodeterminação, Convenção 169 da OIT;
- Ecossistemas insubstituíveis** — biodiversidade, serviços ecossistêmicos, pontos de não retorno.

Carga horária sugerida: 8 módulos de 90 minutos (12 horas) + simulação final de 3 horas.

Metodologia: aulas expositivas dialogadas, estudos de caso reais, exercícios de redação diplomática e mini-simulações progressivas.

Módulo 1 — A UNEA: Mandato, Funcionamento e Poder Real

Objetivo: compreender o órgão simulado antes de debater o tema.

Conteúdo

- Origem: da Rio+20 (2012) à criação da UNEA como órgão decisório máximo do PNUMA (UNEP), com **membresia universal** (193 Estados).
- Diferença entre UNEA, PNUMA, COPs da UNFCCC e Conselho de Segurança: o que a UNEA **pode** e **não pode** fazer.
- Natureza das resoluções da UNEA: não vinculantes, mas normativamente influentes (ex.: Resolução 5/14 sobre o tratado de plásticos).
- Regras de procedimento típicas em simulações: moções, quóruns, working papers, draft resolutions, emendas.

Exercício

Análise comparada de duas resoluções reais da UNEA — identificar cláusulas preambulares vs. operativas e o “vocabulário de compromisso” (urges, encourages, calls upon, decides).

Módulo 2 — Fundamentos: Soberania, Recursos Naturais e Direito Ambiental Internacional

Objetivo: construir a base jurídico-conceitual do debate.

Conteúdo

- Soberania permanente sobre recursos naturais** (Res. AGNU 1803/1962) — o argumento central dos países em desenvolvimento.
- Princípios de Estocolmo (1972) e Rio (1992): responsabilidades comuns porém diferenciadas, princípio da precaução, poluidor-pagador.
- Convenção da Diversidade Biológica e o Marco Global Kunming-Montreal (meta 30x30).
- Convenção 169 da OIT:** consulta livre, prévia e informada (CLPI) — alcance e limites.
- Acordo de Escazú: acesso à informação e proteção de defensores ambientais na América Latina.
- Conceito de “ecossistemas insubstituíveis” e o debate científico sobre o *tipping point* amazônico (savanização).

Exercício

Debate estruturado: “A soberania sobre recursos naturais é absoluta ou condicionada por obrigações ambientais internacionais?” — turma dividida em dois blocos com posições sorteadas.

Módulo 3 — Tópico A (Parte 1): Petróleo na Amazônia — O Caso da Margem Equatorial

Objetivo: dominar o estudo de caso mais atual e emblemático do tema.

Conteúdo

- Geologia e geopolítica: a Margem Equatorial como extensão do sistema petrolífero de Guiana e Suriname (descobertas da ExxonMobil).
- Cronologia do caso Foz do Amazonas:** negativa do IBAMA em 2023 → simulado de emergência (ago/2025) → *licença de operação concedida em 20 de outubro de 2025 para o bloco FZA-M-059, em águas profundas do Amapá, a 500 km da foz do rio Amazonas, semanas antes da COP30 em Belém.*
- Os números em jogo: *estimativa de cerca de 5,7 bilhões de barris na área, plano de 15 poços na Margem Equatorial com investimento de US\$ 3 bilhões até 2029; declínio previsto do pré-sal a partir de 2030* como justificativa econômica.
- O contraponto ambiental: recifes da foz do Amazonas, correntes marítimas transfronteiriças (risco para a Guiana Francesa/França), dificuldade de resposta a vazamentos na região.
- O paradoxo brasileiro:** país-sede da COP30 e defensor da transição energética que simultaneamente abre nova fronteira fóssil — como outros países exploram essa contradição no debate.

Exercício

Redação de um discurso de abertura (1 minuto) sob duas perspectivas sorteadas: um país da OPEP e um pequeno Estado insular (AOSIS).

Módulo 4 — Tópico A (Parte 2): Atores, Interesses e Posições Nacionais

Objetivo: mapear o tabuleiro de negociação do Tópico A.

Conteúdo

- Blocos de interesse:**
 - Produtores em desenvolvimento (Brasil, Guiana, Suriname, Nigéria, Angola): “não podemos abrir mão do que os ricos já usaram”.
 - OPEP e petroestados: defesa da demanda contínua e do ritmo soberano de transição.
 - União Europeia e Noruega: financiamento de preservação (Fundo Amazônia) vs. hipocrisia percebida (Noruega produtora).
 - AOSIS e países vulneráveis: sobrevivência existencial, phase-out fóssil.
 - EUA e China: segurança energética e pragmatismo.
- Atores não estatais no debate:** povos indígenas (APIB, COICA), ONGs, Petrobras e majors, cientistas (Painel Científico para a Amazônia).
- Mecanismos em disputa: Tropical Forest Forever Facility (TFFF), pagamento por serviços ambientais, moratórias voluntárias, padrões de licenciamento.

Exercício

Mini-simulação de caucus moderado (30 min): “Deve a UNEA recomendar uma moratória de novas fronteiras de exploração em ecossistemas críticos?”

Módulo 5 — Tópico B (Parte 1): Terras Raras — Geologia, Cadeias de Valor e Geopolítica

Objetivo: desmistificar as terras raras e entender por que viraram o centro da disputa tecnológica global.

Conteúdo

- O que são: 17 elementos; *não são raras na crosta — raro é encontrá-las concentradas e dominar o refino, caro e complexo.*
- Usos estratégicos: ímãs permanentes (turbinas eólicas, veículos elétricos, mísseis, drones), eletrônicos — a ironia central: **a transição energética verde depende de mineração intensiva.**
- Domínio chinês: *mais de 90% da extração mundial concentrada na China*, além do quase monopólio do refino; uso de restrições de exportação como arma geopolítica.
- O Brasil no tabuleiro:** *23% das reservas mundiais (cerca de 21 milhões de toneladas) em MG, GO, AM, BA e SE.*
- Estudo de caso Serra Verde (Minaçu-GO):** *única mina de argilas iônicas ativa do Brasil, em produção desde 2024, e única produtora fora da Ásia das quatro terras raras pesadas mais críticas (disprósio, térbio, neodímio e ítrio); comprada pela norte-americana USA Rare Earth por US\$ 2,8 bilhões em abril de 2026 — antes da venda, toda a produção era exportada para a China; agora prioriza os EUA.*
- Conexão com o trabalho do delegado: o Brasil exporta minério bruto e fica fora da cadeia de valor — a velha “maldição da commodity” em versão high-tech.

Exercício

Mapeamento em grupo da cadeia de valor “da mina ao ímã”: onde está o valor agregado e quem o captura.

Módulo 6 — Tópico B (Parte 2): Mineração Responsável — Padrões, Territórios e Alternativas

Objetivo: transformar o conceito vago de “mineração responsável” em propostas negociáveis.

Conteúdo

- Impactos socioambientais específicos das terras raras: rejeitos, radioatividade associada (tório/urânio na monazita), uso de água, lixiviação em argilas iônicas.
- Mineração em terras indígenas: o caso brasileiro (art. 231 da CF/88, ausência de regulamentação, PLs em tramitação) como microcosmo do dilema global.
- Padrões internacionais existentes: IRMA, ICMM, OECD Due Diligence, EITI — por que a adesão voluntária é insuficiente.
- Alternativas e complementos: reciclagem/mineração urbana, substituição tecnológica, beneficiamento local obrigatório, fundos soberanos de mineração.
- Pontes entre os dois tópicos:** ambos tratam de países megadiversos pressionados a fornecer matérias-primas para a economia global — o delegado que articular essa síntese domina o comitê.

Exercício

Redação de três cláusulas operativas para um draft resolution sobre padrões mínimos de mineração de minerais críticos, com vocabulário adequado à UNEA (não vinculante).

Módulo 7 — Estratégia de Comitê: Pesquisa, Position Paper e Negociação

Objetivo: converter conhecimento em desempenho.

Conteúdo

- Anatomia de um **position paper** vencedor: posição histórica do país, interesses reais (não retóricos), propostas concretas.
- Como pesquisar posições nacionais: votos na AGNU, discursos na UNEA-6, NDCs, membros da OPEP/BRICS/G77.
- Construção de blocos: identificar aliados naturais, aliados improváveis e “swing states”.
- Técnicas de negociação aplicadas: BATNA em contexto multilateral, linguagem construtiva de emendas, gestão do unmoderated caucus.
- Erros clássicos do delegado: moralismo sem propostas, ignorar a economia do próprio país, resoluções que excedem o mandato da UNEA.

Exercício

Cada aluno entrega o rascunho do position paper do seu país designado; revisão por pares com rubrica.

Módulo 8 — Simulação Final

Formato: sessão completa de 3 horas cobrindo os dois tópicos.

- Abertura formal, definição de agenda, discursos (general speakers list);
- Caucus moderados e não moderados;
- Produção de working papers → draft resolutions → emendas → votação;
- Debriefing estruturado:** feedback individual (conteúdo, retórica, negociação) e coletivo (qualidade da resolução final).

Materiais de Apoio a Produzir

Material	Módulo	Formato
Apostila “UNEA em 10 páginas”	1	PDF
Dossiê Margem Equatorial (cronologia + mapas)	3	PDF
Dossiê Terras Raras (infográfico da cadeia de valor)	5	PDF
Matriz de posições nacionais (30 países)	4 e 7	Planilha
Modelo comentado de position paper	7	DOCX
Banco de crises para a simulação (opcional)	8	PDF

Bibliografia Essencial

- Resoluções da UNEA-5 e UNEA-6 (unep.org)

- Res. AGNU 1803 (XVII) — Soberania Permanente sobre Recursos Naturais
- Convenção 169 da OIT e jurisprudência da Corte IDH (caso Saramaka vs. Suriname)
- Science Panel for the Amazon — Amazon Assessment Report
- IEA — *The Role of Critical Minerals in Clean Energy Transitions*
- Ibram — dados sobre reservas brasileiras de terras raras
- Noticiário de referência sobre Foz do Amazonas (out/2025) e aquisição da Serra Verde (abr/2026)